

CT/004/2013

São Paulo, 17 de maio de 2013

A

PMSP – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Ref.: Reivindicações do Planalto Paulista para o Programa de
Metas 2013-2016

Estamos encaminhando a essa Secretaria, as sugestões e propostas dos moradores do Planalto Paulista, em cumprimento ao plano de metas 2013/2016, elaborado pela Prefeitura de São Paulo.

Apresentamos abaixo, os percentuais já tabulados que nos chegaram em mãos.

Segurança.....	24,06
Prostituição.....	18,35
Trânsito.....	18,35
Arborização.....	14,56
Zoneamento.....	7,59
Iluminação.....	5,70
Aeroporto/Calçadas, Casa para Idosos/Mediação de moradores/Lixo/Coleta seletiva/Vigilância sanitária.....	11,39

Colocamo-nos à sua disposição para qualquer outra informação.

Atenciosamente,

Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista

São Paulo, 09 de maio de 2013

CT/003/2013

Ao Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Ref.: Reivindicações do Planalto Paulista para o Programa de Metas 2013-2016

Prezado Secretário,

A SAPP – Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista, associação civil sem fins lucrativos, visando contribuir com a atual gestão municipal, vem apresentar os principais problemas do bairro e as soluções reivindicadas para a sua solução.

O Planalto Paulista é bairro estritamente residencial (ZER-01) onde habitam cerca de 8.000 famílias. As reivindicações ora apresentadas envolvem pouco ou nenhum recurso público e não se limitam apenas a atuações meramente administrativas. Ao contrário, exigem da nova administração principalmente vontade política para sua implantação.

As reivindicações ora apresentadas pela SAPP em nome do Planalto Paulista, descritas no documento anexo, em geral limitam-se àquelas de exclusiva competência da municipalidade e estão resumidas abaixo:

- Combate à prostituição de rua;
- Restrição ao tráfego de veículos (derivado da prostituição e sua causa e efeito);
- Fechamento de *drive-ins* e hotéis clandestinos (os quais favorecem a prostituição);
- Melhoria da iluminação pública (cuja deficiência favorece a prostituição);
- Proteção do patrimônio arbóreo - Replante de árvores;
- Combate à ocupação irregular em bairro estritamente residencial (a qual favorece a prostituição);
- Melhoria das calçadas;
- Combate à corrupção na Subprefeitura da Vila Mariana;
- Restrição ao tráfego de helicópteros - Representação junto às autoridades federais.

Os problemas de segurança pública sofridos pelo bairro, bem como a apuração de crime de corrupção dos agentes municipais, serão tratados pela SAPP junto às autoridades estaduais por serem de sua competência, porém tal iniciativa não exclui a participação da Municipalidade na redução do problema.

Certos de poder contar com a cooperação dessa nova administração, a quem, desde já, desejamos sucesso, aproveitamos a oportunidade para registrar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Paulo E. C. de Toledo
Presidente

ANEXO 1 – REIVINDICAÇÕES PARA O PLANO DE METAS 2013 – 2016

ANEXO 2 – MAPA DO PLANALTO PAULISTA

Anexo à Carta CT 003/2013

ANEXO 1 – CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA DE METAS 2013 - 2016

1. PROSTITUIÇÃO DE RUA

Há décadas os moradores do Planalto Paulista sofrem com a absurda prostituição de rua que não apenas os constrange, como também os ameaça física e moralmente. Os moradores se vêem, assim, muitas vezes, compelidos a se deslocarem de carro, quando poderiam fazê-lo a pé pelas ruas do bairro. Isso porque para andar a pé, se vêem forçados a conviver com as mais abjetas figuras que se oferecem a seus clientes tanto de dia como à noite, num comércio de 24 horas, sete dias por semana.



O sub-produto desse mercado é a circulação excessiva de veículos por ruas que de outra forma seriam pacatas e seguras. Além disso, há o tráfego de drogas que é praticado por alguns/algumas dos ofertantes do sexo de aluguel, além da sujeira de papel higiênico e preservativos usados lançados nas ruas, o que põe em risco a saúde dos transeuntes, especialmente de crianças. Tudo isso sem contar as gritarias noturnas, brigas, ameaças e assaltos a pedestres praticados principalmente por travestis.



Há décadas, a SAPP reivindica a solução desse problema e após inúmeras tentativas mal sucedidas, especialmente junto à Polícia Militar, constata que a solução desse problema envolve necessariamente diversas ações governamentais. Ao Poder Público Municipal cabe a maioria das ações, que em conjunto serão eficazes na inibição do comércio do sexo. Essas ações estão expostas abaixo.

a) Fechamento de *Drive-Ins* e Hotéis Clandestinos

A causa histórica da prostituição de rua no bairro é a antiga tolerância por parte da PMSP com a permanência de *drive-ins* clandestinos, um dos quais se instalou na Av. Indianópolis em 1968 e foi fechado pela Administração Municipal apenas em maio de 2012 (ver item 2).

Esses estabelecimentos representam a infra-estrutura sem a qual o comércio do sexo não mais terá condições de continuar a funcionar nas ruas do bairro. Sem eles as/os ofertantes do sexo não terão onde praticar o seu serviço.

Ainda restam a ser fechados os seguintes estabelecimentos:

- 1) *Drive-In* Havaí, situado na Av. dos Bandeirantes, nº 5.599;
- 2) *Drive-In* Cinco Estrelas, situado na Av. dos Bandeirantes, nº 5.455; e
- 3) Hotel Águia, situado na Av. dos Bandeirantes, nº 4.863.



Nenhum recurso orçamentário é necessário para se impor a lei, o que no caso é fundamental para se resolver o principal problema do bairro. Exige-se apenas vontade política, para impor a lei, combatendo a **escandalosa corrupção**, que ocorre na Subprefeitura da Vila Mariana, como principal fator a explicar a ineficácia administrativa nessa questão.

b) Iluminação Pública

O bairro conta com iluminação muito antiga, composta de lâmpadas de mercúrio, tecnologia que remonta à década de 70, instaladas em postes colocados a distâncias excessivas. Não obstante, as copas das árvores, em muitos casos, se expandem sob as luminárias, reduzindo em muito a sua eficácia.

Durante a administração anterior, a SAPP elaborou extenso levantamento das necessidades de iluminação em toda a sua área de atuação¹, trabalho esse que envolveu muitos moradores do bairro. Contudo, após inúmeros contatos com representantes da ILUME – departamento da PMSP responsável pela iluminação da Cidade – e de receber promessas de que as lâmpadas seriam trocadas e complementadas onde faltassem, esse serviço não foi executado.

Assim, a SAPP reitera a necessidade de reformulação da iluminação pública como um dos instrumentos hábeis para inibir a prostituição de rua e aumentar a segurança dos moradores e trabalhadores do bairro. Reivindica, assim, que os postes sejam substituídos por novos com duas luminárias, sendo uma delas mais baixa e voltada para as calçadas. Quanto às

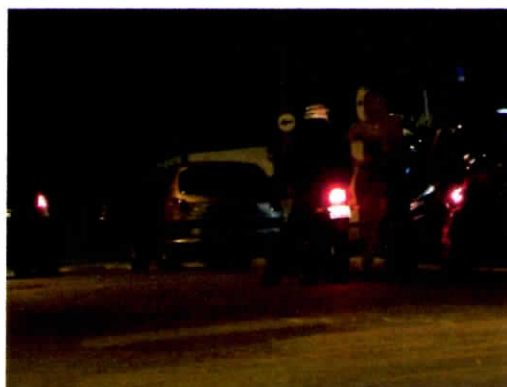
¹ Quadrilátero aproximado formado pelas seguintes vias: Av. dos Bandeirantes, Av. Moreira Guimarães, Av. José Whitaker, e Av. Jabaquara.

lâmpadas, que sejam de tecnologia mais moderna, tal como de vapor de sódio. Alternativamente, que ao menos as atuais lâmpadas de mercúrio sejam substituídas por outras de vapor de sódio.

Cabe ressaltar que o montante de recursos públicos necessário para essa melhoria é módico, sendo compatível com o que é pago pelo bairro por meio da taxa de iluminação.

c) Restrição ao Tráfego de Passagem

O bairro sofre com o excesso de tráfego causado pelo mercado do sexo. A evidência disso é que, em muitos pontos, esse tráfego ocorre em qualquer horário inclusive no período noturno e nos fins de semana. Além disto, não raro, os veículos trafegam em alta velocidade, e com som no alto volume perturbando o sono dos moradores.



Pelas características físicas do arruamento e da topografia, assim como pelo fato de o bairro ser bem servido de grandes avenidas, não se observa uma tendência de fluxos significativos de veículos pela maioria das ruas do bairro². Ele ocorre majoritariamente pelo desvio dos veículos dos fregueses do mercado de sexo em busca de ofertantes.

Como solução, o bairro necessita que a **PMSP imponha restrições estratégicas ao tráfego de passagem**, que em nada prejudicará o tráfego realmente necessário. Essas restrições visam a impedir a passagem circular de veículos em torno de quarteirões próximos à Av. Indianópolis, bem como impedir o tráfego contínuo nas avenidas Piassanguaba, Itacira, Irerê, e Ceci, onde prostitutas e travestis se colocam à espera de clientes. Pretende-se, também, que se restrinja o tráfego de passagem, isto é, a entrada no bairro de veículos que se destinam a outras áreas da cidade. Esses elementos estão descritos nas plantas do projeto que está em fase de desenvolvimento e que será fornecido oportunamente pela SAPP.

Deve ser ressaltado que o tráfego, embora perturbe a área residencial como tal, tem volume em si irrisório perante a capacidade de tráfego das vias principais, de modo que sua inibição não tem qualquer efeito apreciável sobre o trânsito da Metrópole.

O custo desta reivindicação é módico, pois limita-se à colocação de placas de sinalização, lombadas, e blocos de concreto, etc. O Planalto faz jus a esse benefício, tendo em vista o que é arrecadado no bairro apenas considerando-se o imposto predial – IPTU.

² Exceto algumas ruas residenciais que precisam de restrições especiais.

2. OCUPAÇÃO IRREGULAR

O Planalto, que é bairro estritamente residencial (ZER-01), é constantemente alvo de empresas que pretendem instalar clandestinamente atividades vedadas por lei (comércio ou serviço). Há mais de uma década, a SAPP vem comunicando essas ocorrências à Subprefeitura da Vila Mariana. Porém, apesar de algumas poucas ações bem sucedidas, o fato de esse órgão ser tomado por **escandalosa corrupção** impede que a ação municipal, quando existe, seja eficaz.

Caso emblemático de sucesso da ação municipal é o do fechamento do *Drive-In Bolinha*, acima citado, que decorreu de insistente trabalho da SAPP e de enérgica ação da cúpula da administração anterior.

A SAPP reivindica maior atuação da PMSP que deve exigir de seus órgãos administrativos, em especial a Subprefeitura da Vila Mariana (SPVM), atuação com maior eficácia na repressão dos irregulares, atuação essa que não envolve qualquer recurso público, mas **apenas proibidade administrativa e vontade política**.

3. ARBORIZAÇÃO DE RUA

O Planalto é um bairro arborizado composto de árvores frondosas e tombadas por lei estadual. Porém, esse patrimônio arbóreo vem sendo degradado pela ocorrência de cupins e de cortes ilegais. Dois são os problemas sentidos pelos moradores do bairro: ou o morador não consegue cortar ou podar, o que tem que ser cortado ou podado, ou árvores sãs são cortadas pela SPVM sem explicação aparente.

No caso de corte ou poda de árvores necessários devido a evidentes riscos a pessoas ou propriedade, os moradores, ao requererem corte ou poda, enfrentam árdua e prolongada burocracia na SPVM. Autorizações simplesmente não são expedidas ou levam vários anos para o serem.

Por outro lado, não raro moradores são surpreendidos pela manhã com equipes de trabalhadores e equipamentos e caminhões que chegam a um dado local para remover árvores cuja remoção ninguém solicitou. Na mesma linha, há também os **cortes desnecessários** de árvore cuja solicitação é atendida com muita rapidez e facilidade. Em caso emblemático, moradores da área com apoio da SAPP conseguiram impedir **o corte de uma paineira descrita no documento que autorizava esse corte como “palmeira”**.

Obviamente, a corrupção nos órgãos municipais é a única explicação plausível para esse problema. A prática é tão escandalosa, que chegou ao conhecimento da SAPP a tabela de preços cobrados pelos funcionários encarregados de autorizarem os cortes ilegais.

Para combatê-la, mais uma vez, não são necessários recursos públicos, mas vontade política. Nesse caso, a SAPP pode auxiliar a PMSP. Reivindica-se que se crie um sistema por meio do qual **a associação seria informada com antecedência do corte de determinada árvore**, emitindo ou não um “*de acordo*”.

Em 2010, a SAPP promoveu o plantio de árvores no bairro, no que foi atendida pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA. Um grande levantamento das necessidades de plantio de mudas foi efetuado por membros da SAPP, enquanto que a SVMA providenciou o plantio em diversas ruas do bairro.



Reivindica-se, também, que a nova gestão da PMSP dê continuidade ao plantio de árvores. Esse plantio deve se concentrar em locais onde elas não mais existem, em especial a Av. Indianópolis, via que já sofreu bastante com os cortes causados pelo uso não residencial, seja ele legal ou ilegal, uso esse que é propenso a remover árvores em nome de seus interesses comerciais.

4. ZONEAMENTO DO BAIRRO

A SAPP entende que na revisão do Plano Diretor é fundamental para a Cidade de São Paulo a manutenção do bairro como zona estritamente residencial, unifamiliar (ZER-01). Isso porque, além de reduzir a densidade populacional já exagerada na cidade, particularmente na região centro-sul, com a construção excessiva de edifícios comerciais e de apartamentos residenciais, o bairro representa uma área verde, dada a existência de um grande patrimônio arbóreo público e privado.



Porém, a despeito das características do bairro, há alguns anos, quando da elaboração do Plano Regional atualmente em vigor, muitas das ruas transversais e paralelas à Av. Indianópolis foram indevidamente reclassificadas como *vias coletoras*. Na verdade essas vias não passam de ruas locais, sem tráfego de passagem, sem condições de pavimento para recebê-lo, e sem razão para tal.

Os bairros residências não devem apresentar tráfego intenso de veículos. No caso, o Planalto já dispõe de vias coletoras suficientes para as demandas do bairro e seus arredores, sendo que qualquer ponto de seu interior não dista mais do que 400m de uma dessas vias. Não

obstante, o bairro não comporta tal tipo de tráfego, pois o pavimento das vias não foi preparado para tráfego pesado, que provoca rachaduras nas casas e rompimentos das tubulações enterradas.

A SAPP reivindica que no novo plano as ruas do bairro retornem à sua condição original de *vias locais*.

5. MELHORIAS DAS CALÇADAS

O Planalto Paulista, assim como o restante da cidade, apresenta calçadas que, mesmo quando bem conservadas, são construídas de maneira inadequada. Apresentam obstáculos de diversos tipos, tais como degraus e rampas para acesso de veículos, declividade transversal excessiva, placas de concreto espaçadas na faixa mínima de circulação, revestimento impróprio, etc. Tudo o que torna as calçadas muito desfavoráveis, impondo riscos de acidentes aos pedestres.

Digno de nota, também, é a falta de homogeneidade, que muito prejudica a estética das vias públicas e a paisagem urbana.



Na raiz do problema está a privatização da manutenção das calçadas, com a transferência da sua responsabilidade para os particulares, quando ela deveria ser do poder público.

A SAPP propõe que a PMSP promova divulgação no bairro sobre como as calçadas devem ser construídas, concedendo tempo adequado para a sua recuperação.

A SAPP, mais uma vez, pode ajudar a municipalidade nessa empreitada.

6. RESTRIÇÃO AO TRÁFEGO DE HELICÓPTEROS

O Planalto vem sofrendo com o ruído excessivo de helicópteros, problema que se agrava a cada ano com o aumento da frota desse tipo de aeronave. Uma verdadeira afronta à cidadania, em que poucos endinheirados prejudicam milhares. Uma ameaça à saúde pública,

uma vez que o ruído excessivo eleva o risco de ataques cardíacos, conforme já comprovado cientificamente.

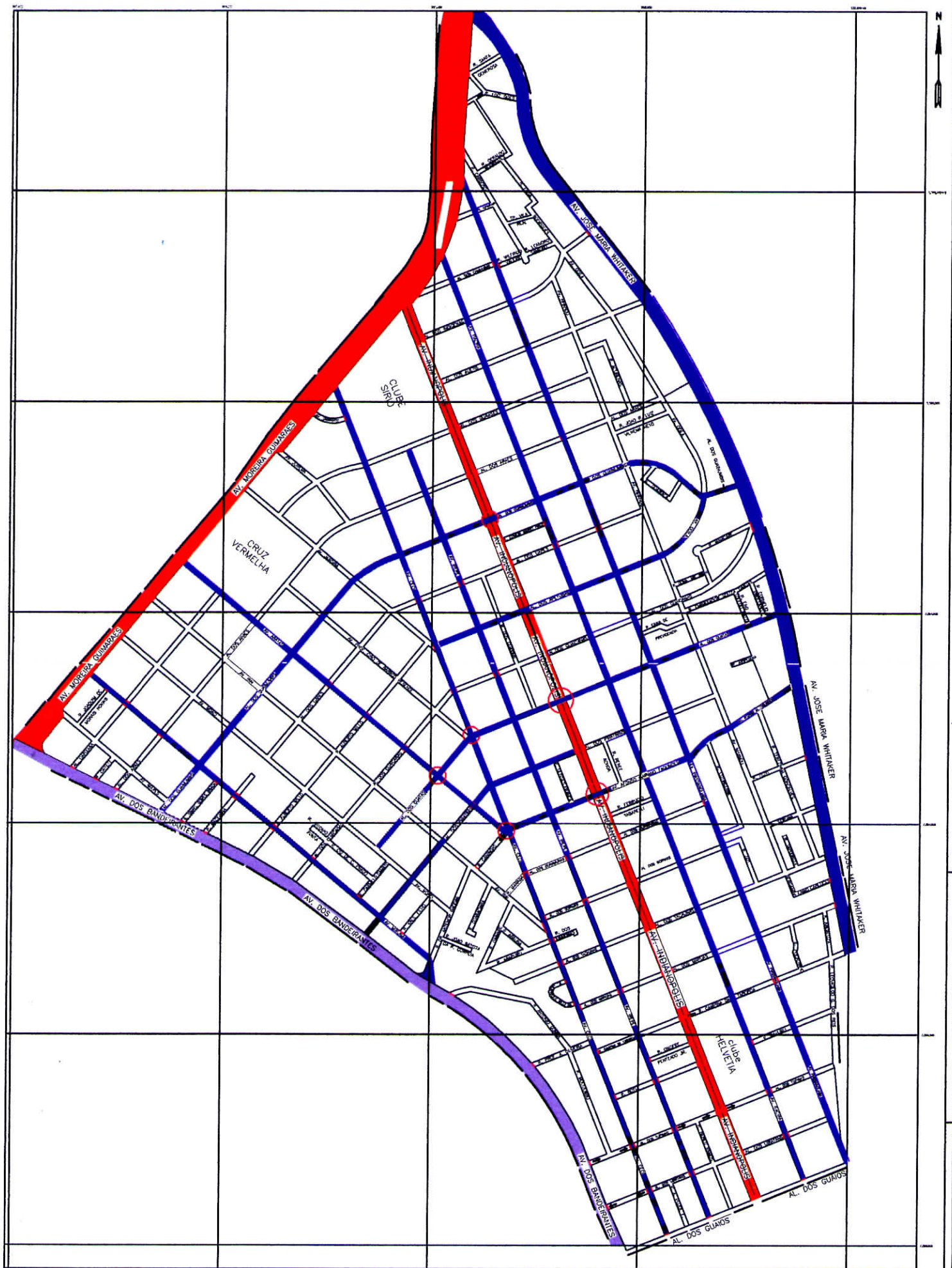
Problema comum a várias regiões da cidade, tais como, a Av. Paulista e a Av. Faria Lima, no caso do Planalto, o problema intensifica-se pelo desrespeito às regras de tráfego aéreo. Com efeito, segundo essas regras, os helicópteros deveriam se aproximar do Aeroporto de Congonhas trafegando sobre o eixo da Av. Moreira Guimarães. Porém, a grande maioria dos pilotos viola essa regra, invadindo o espaço aéreo do bairro transversalmente e em diversas direções. Em muitas ocasiões, mantém-se em sobrevôo estacionário sobre o bairro, causando ruído ensurdecedor que impede os moradores até mesmo de manterem uma conversação.



A SAPP reivindica que a PMSP faça gestões junto ao Ministério da Aeronáutica e à ANAC no sentido de que o órgão responsável pelo tráfego aéreo imponha as sanções cabíveis aos infratores.

7. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

A SAPP entende que gestão democrática da cidade não significa apenas a realização de audiências públicas, mas também **a consideração das reivindicações das comunidades, com vistas, principalmente, ao seu atendimento**, exceto, naturalmente, quando não destoantes dos interesses maiores da cidade. E por interesses maiores da cidade entendam-se não os interesses econômicos de grupos empresariais, notadamente os do setor imobiliário, mas os que tocam à cidade como um local onde as pessoas, acima de tudo, habitam e, por isso, têm direito à qualidade de vida e a um ambiente ecologicamente saudável.



Via Estrutural N3
 Via Estrutural N1
 Via Coletora
 Via Local

Av. Rubem Berta
 Av. Moreira Guimarães
 Av. Jabaquara
 Av. Indianópolis

Av. dos Bandeirantes
 Av. José Maria Whitaker
 Av. Afonso Mariano Fagundes

Av. Miruna
 Av. Aratás
 Av. Cedi
 Av. Irerê
 Av. Itaclara
 Av. Plassanguaba

Al. dos Guatás
 Al. dos Piratins
 Al. Odila
 Al. dos Apetubás
 Al. dos Gualumbis

SOCIEDADE DOS AMIGOS DO PLANOILHO FLORITANO

FLORIANÓPOLIS, 1998

PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO